

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



**EDUCAÇÃO DO CAMPO, DECOLONIALIDADE E SEXUALIDADES: corpos,
territórios e dissidências em contextos rurais**

Rainei Rodrigues Jadejiski¹

Resumo: Este ensaio teórico-reflexivo discute a Educação do Campo em diálogo com perspectivas decoloniais e estudos sobre sexualidades, problematizando como normas sociais e práticas educativas produzem diferenças em contextos rurais. A reflexão destaca a escola pública como espaço de formação humana articulado às lutas sociais e aos modos de vida camponeses, evidenciando que experiências dissidentes tensionam normatividades e ampliam possibilidades pedagógicas mais plurais. Ao articular território, corpo e processos formativos, o texto aponta para a construção de horizontes educativos capazes de reconfigurar relações comunitárias e sentidos de pertencimento.

Palavras-chave: Colonialidade. Formação humana. Gêneros. Identidades. Territorialidades.

**RURAL EDUCATION, DECOLONIALITY AND SEXUALITIES: Bodies,
Territories and Dissidences in Rural Contexts**

Abstract: This theoretical-reflective essay discusses Rural Education in dialogue with decolonial perspectives and sexuality studies, problematizing how social norms and educational practices produce differences in rural contexts. The reflection highlights public schools as spaces of human formation connected to social struggles and peasant ways of life, showing that dissident experiences challenge normative frameworks and expand more plural pedagogical possibilities. By articulating territory, body, and formative processes, the text points toward the construction of educational horizons capable of reconfiguring community relations and senses of belonging.

Keywords: Coloniality. Human formation. Genders. Identities. Territorialities.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e mestre em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Interessa-se pela pauta das diversidades e da inclusão em suas múltiplas expressões, bem como por temas relacionados à decolonialidade, à Educação do Campo, às juventudes rurais, aos territórios e às territorialidades. raineiri@gmail.com.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



EDUCACIÓN DEL CAMPO, DECOLONIALIDAD Y SEXUALIDADES:
Cuerpos, Territorios y Disidencias en Contextos Rurales

Resumen: Este ensayo teórico-reflexivo discute la Educación del Campo en diálogo con perspectivas decoloniales y estudios sobre sexualidades, problematizando cómo las normas sociales y las prácticas educativas producen diferencias en contextos rurales. La reflexión destaca la escuela pública como espacio de formación humana articulado a las luchas sociales y a los modos de vida campesinos, evidenciando que las experiencias disidentes tensionan las normatividades y amplían posibilidades pedagógicas más plurales. Al articular territorio, cuerpo y procesos formativos, el texto señala la construcción de horizontes educativos capaces de reconfigurar las relaciones comunitarias y los sentidos de pertenencia.

Palabras clave: Colonialidad. Formación humana. Géneros. Identidades. Territorialidades.

(RE)INICIANDO O DIÁLOGO

A Educação do Campo, como movimento, defende que a escola precisa dialogar com as condições concretas de vida nos territórios rurais, articulando o estudo dos conhecimentos historicamente produzidos pela ciência às experiências sociais que constituem o campo. Como propõe Caldart (2020), trata-se de reconstruir o vínculo entre escola e vida, superando uma organização curricular fragmentada e desconectada da vida, sem reduzir o processo educativo a respostas imediatas ao cotidiano.

Quando se aproxima das realidades territoriais, a Educação do Campo também coloca em questão os critérios que historicamente definiram quais saberes seriam reconhecidos como legítimos, problematizando como o conhecimento é produzido, validado e compartilhado. Nesse movimento, este ensaio teórico, de natureza reflexiva, dialoga com o giro decolonial, ao reconhecer que as hierarquias epistêmicas construídas na modernidade continuam influenciando a leitura sobre sujeitos e territórios (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007).

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



As sexualidades se articulam à Educação do Campo e à decolonialidade e integram o horizonte desta reflexão, permitindo refletir sobre corpos, territórios e dissidências em contextos rurais. Como indica Louro (2008), gênero e sexualidade são produzidos por meio de aprendizagens e práticas que se distribuem por inúmeras instâncias sociais e culturais, em um processo sempre inacabado. Assim, essas dimensões não aparecem como temas externos à educação, pois são parte das relações sociais.

EDUCAÇÃO DO CAMPO E FORMAÇÃO HUMANA NOS TERRITÓRIOS RURAIS

A Educação do Campo, conforme Caldart (2020) constitui uma formulação político-pedagógica vinculada às lutas sociais por direito à escola nos territórios camponeses. A autora sustenta que a função social das escolas do campo precisa ser permanentemente reconstruída em diálogo com as comunidades, pois a escola não pode desenvolver seu trabalho pedagógico como uma instituição isolada da vida social. Ela também enfatiza que a reconstrução da função social das escolas do campo depende do vínculo com os processos de produção da vida nos territórios. Além disso, explicita que a formação humana se constrói em múltiplos espaços educativos, envolvendo escola, movimentos sociais, práticas culturais e experiências comunitárias.

No debate sobre o legado político-pedagógico da Educação do Campo, Caldart (2024) salienta que a escola pública deve ser tratada como bem comum, pertencente ao povo e orientada pelo direito à educação. A autora categoriza que a construção pedagógica das escolas do campo se realiza na defesa da educação pública e na criação coletiva de práticas formativas vinculadas às lutas sociais e aos modos de vida camponeses. Nessa perspectiva, a escola participa da formação humana ao articular educação, trabalho e participação social.

Para Caldart (2024), a centralidade do território está diretamente associada à organização da escola como lugar de pertencimento e formação humana. A autora assinala

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



que organizar a escola conectada à vida exige considerar o entorno como ambiente educativo e transformar as questões concretas do território em mediações para o trabalho pedagógico.

Outro aspecto recorrente nas reflexões da autora diz respeito à necessidade de discutir coletivamente as finalidades sociais e educativas da escola. Caldart (2024) pontua que as finalidades não são dadas previamente nem podem ser definidas de forma individual, pois se constituem no interior das lutas sociais e dos processos formativos que envolvem educadores, estudantes e comunidades. Essa discussão coletiva orienta o sentido da formação humana.

Caldart (2024) alerta que a Educação do Campo enfrenta desafios decorrentes do fechamento de escolas, da precarização das condições de trabalho e da padronização das políticas educacionais. Para a autora, defender a escola pública do campo envolve o enfrentamento dos processos de privatização e dos modelos pedagógicos que desconsideram as especificidades territoriais. Esses tensionamentos demonstram que a Educação do Campo permanece como espaço de disputas políticas e pedagógicas. É justamente nesse terreno – onde escola, vida e lutas se enraízam – que a discussão sobre território e decolonialidade ganha densidade e sentido.

TERRITÓRIO E DECOLONIALIDADE

A discussão sobre território, neste ensaio, parte de uma leitura que ultrapassa a associação restrita à dimensão físico-material ou estatal. Haesbaert (2023) formula que o território deve ser concebido como categoria relacional, construída no interior das dinâmicas sociais, políticas, culturais e socioambientais que continuamente o redefinem. Para o autor, mais do que delimitação espacial, o território se configura como sistema de ações e de usos, constituído por disputas de poder e por processos permanentes de territorialização e desterritorialização, envolvendo simultaneamente dimensões materiais

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



e simbólico-afetivas. Essa dupla dimensão permite compreender que o território organiza fluxos, regula acessos e produz sentidos de pertencimento e identidade.

Essa leitura relacional do território dialoga com o pensamento decolonial ao partir da ideia de que as relações de poder não podem ser reduzidas a uma única lógica hierárquica. No prólogo de *“El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global”*, Castro-Gómez e Grosfoguel (2007) argumentam que o sistema moderno/colonial se organiza por meio de múltiplas relações de poder – econômicas, epistêmicas, raciais, espirituais e de gênero – que se articulam em rede. Para os autores, a decolonialidade ganha forma como crítica a essas hierarquias, indicando que as estruturas coloniais persistem mesmo após o fim formal do colonialismo.

A noção de colonialidade do poder, de Quijano (2007), amplia essa leitura. Para o autor, as classificações sociais produzidas pela modernidade colonial continuam organizando as dinâmicas econômicas, políticas e culturais no sistema-mundo. Ele defende que a divisão internacional do trabalho e a hierarquização racial e epistêmica constituem dimensões indissociáveis da formação do capitalismo moderno/colonial, o que possibilita conceber que no território estão presentes desigualdades históricas e disputas de reconhecimento.

Nesse horizonte, Walsh (2007) observa que a interculturalidade crítica convoca a posicionar o conhecimento a partir da diferença colonial, valorizando saberes e práticas que emergem dos territórios e das experiências históricas dos sujeitos subalternizados. Quando enfatiza o posicionamento outro, a autora contribui para interpretar o território como *lócus* de produção de conhecimento articulado às lutas sociais e às formas de existência que resistem às racionalidades eurocêntricas.

A leitura latino-americana do território ganha novos contornos com as interpretações de Haesbaert (2020) acerca da articulação entre corpo e território. O autor afirma que o conceito de corpo-território ressoa das experiências dos movimentos sociais e das perspectivas feministas e indígenas, que tomam o corpo como território vivo e

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



histórico, inscrito em memórias, saberes e relações de poder. Nessa abordagem, o território deixa de ser apenas espaço externo e passa a ser entendido como dimensão constitutiva da própria existência, vinculada às lutas pela defesa da vida e pela construção de ontologias territoriais.

Haesbaert (2020) enfatiza o território como espaço de r-existência e reflete que as territorialidades construídas pelos sujeitos subalternizados não se restringem à resistência, elas expressam modos próprios de existir e produzir conhecimento. Com essa leitura, podemos articular território e decolonialidade sem reduzir o debate a uma dimensão exclusivamente teórica, situando-o nas práticas concretas que marcam os espaços de vida. Quando o território é entendido como espaço vivido e disputado, o corpo deixa de ser apenas tema e passa a ser chave analítica – e é nesse ponto que as sexualidades aparecem como campo privilegiado de normatização e diferença.

SEXUALIDADES, NORMA E DIFERENÇA

Louro (2008) aponta que gênero e sexualidade são construções sociais produzidas por meio de aprendizagens contínuas, realizadas em diferentes instâncias culturais e educativas. Ela reflete que esses processos não são naturais nem fixos, dado que resultam de práticas reiteradas que ensinam normas e produzem diferenças, conformando aquilo que denomina de pedagogias culturais. Ao discutir a produção da normalidade e da diferença, a autora defende que a escola participa, de forma decisiva, da constituição das identidades sexuais.

No campo conceitual, Colling (2018) teoriza que as sexualidades não podem ser reduzidas a categorias rígidas, uma vez que orientações e identidades se articulam de maneiras variadas e são influenciadas por expectativas sociais. O autor expõe que a heteronormatividade opera como mecanismo que estabelece padrões considerados legítimos, ao mesmo tempo em que empurra outras experiências para posições

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



 8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



marginalizadas. Colling (2018) ressalta que tratar da diversidade sexual demanda considerar a complexidade das tramas sociais que permeiam os espaços escolares.

Nesse prisma, Junqueira (2018) investiga a emergência do sintagma “ideologia de gênero” como parte de uma retórica antigênero construída em contextos religiosos e conservadores. Para ele, essa retórica mobiliza estratégias de pânico moral e busca reafirmar uma ordem sexual considerada natural, colocando em xeque políticas voltadas à igualdade de gênero e à legitimação das diferenças. Segundo o autor, a escola se torna um dos principais campos de embate, pois nela se confrontam projetos distintos de sociedade e de formação humana.

Bento (2017) contribui para essa discussão ao problematizar os mecanismos institucionais que regulam a validação das identidades de gênero e sexualidade. A autora denuncia que protocolos médicos e jurídicos, muitas vezes, produzem processos de patologização e controle dos corpos, exigindo que sujeitos dissidentes comprovem suas identidades para obter reconhecimento estatal.

No âmbito das experiências escolares, Oliveira (2017) enfatiza que a presença de corpos dissidentes tensiona normas instituídas e revela a persistência de racismo e homofobia nas instituições educativas. Ela aponta que a vivência escolar marcada pela dissidência sexual e racial envolve negociações constantes e posicionamentos cotidianos diante de estruturas que buscam regular os corpos. A autora demonstra que a sexualidade se constitui também como experiência política e pedagógica, atravessada por relações de poder.

Em contextos rurais, essas disputas não ficam no nível do discurso: elas se materializam no cotidiano escolar, nos vínculos comunitários e nos modos concretos de pertencer – é aí que corpo e território se tornam indissociáveis para compreender as dissidências

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 [gesepe.ufma](https://www.instagram.com/gesepe.ufma)

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



CORPOS, TERRITÓRIOS E DISSIDÊNCIAS EM CONTEXTOS RURAIS

Corpos e territórios, em contextos rurais, não permanecem estáticos nem submetidos às categorias fixas que historicamente organizaram a escola e os modos de convivência. Quando sujeitos dissidentes ocupam o espaço escolar, introduzem novas identidades e desestabilizam expectativas sobre pertencimento, normalidade e autoridade pedagógica. Nesse movimento, o território passa a revelar-se como campo de negociações, onde memórias, afetos e conflitos redefinem continuamente o que significa ensinar, aprender e existir coletivamente.

As dissidências, nesse sentido, não podem ser reduzidas a marcadores individuais, pois operam como forças que reorganizam práticas cotidianas e tensionam silêncios históricos. A presença de corpos que escapam às normativas hegemônicas nos faz perceber que não se pode universalizar experiências e modos de vida. Dessa forma, essas presenças convidam a escola a rever suas próprias fronteiras simbólicas, questionando quem é autorizado a falar, a ensinar e a ocupar determinados lugares no espaço pedagógico. Esse processo expõe as ambiguidades da escola: ao mesmo tempo em que pode reproduzir regulações sociais rígidas, torna-se espaço fértil para a invenção de outras formas de convivência e de produção de saberes.

Deixamos o diálogo em aberto e pausamos essa reflexão relembando que corpos, territórios e diferenças não se encontram em posições estáveis; ao contrário, estão em permanente movimento, produzindo novas territorialidades e novos horizontes educativos. Mais do que responder a debates externos, a Educação do Campo se revela como espaço em que se ensaiam outras formas de vida, capazes de desafiar normas e ampliar possibilidades de existência. Ao assumir a dissidência como dimensão política e pedagógica, sonhamos com escolas que acolham a pluralidade como condição fundamental da formação humana.

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS



Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice. **Transviad@s**: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: EDUFBA, 2017. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/26037/1/Transviadas-BereniceBento-2017-EDUFBA.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2026.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo 25 anos: legado político-pedagógico. **Revista Cocar**, Belém, ed. especial, n. 33, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/9788/4138>. Acesso em: 17 fev. 2026.

CALDART, Roseli Salete. **Função social das escolas do campo e desafios educacionais do nosso tempo**. Texto preparado para Aula Inaugural do semestre do curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus Litoral, realizada em 9 de março 2020. Disponível em: <https://olhoscriticos.wordpress.com/wp-content/uploads/2020/03/artigo-func3a7c3a3o-social-das-esc.-do-campo-e-desafios-educac.-do-nosso-tempo-roseli-s.-caldart.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2026.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (org.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos; Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007, p. 9-23. Disponível em: <http://observatorioedhemfoc.hospedagemdesites.ws/observatorio/wp-content/uploads/2020/09/El-giro-decolonial-1.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2026.

COLLING, Leandro. **Gênero e sexualidade na atualidade**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/30887/1/eBook%20-%20Genero%20e%20Sexualidade%20na%20Atualidade.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2026.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da Terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, Niterói, v. 22, n. 48, p. 75-90, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/43100?articlesBySameAuthorPage=4>. Acesso em: 17 fev. 2026.

HAESBAERT, Rogério. Território. **GEOgraphia**, Niterói, v. 25, n. 55, p. 1-7, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/61073>. Acesso em: 17 fev. 2026.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502, dez. 2018. Disponível em:

EDUCAÇÃO, GÊNEROS E SEXUALIDADES
DA PRECARIEDADE DOS CORPOS À GARANTIA DOS
DIREITOS HUMANOS

 **gesepe.ufma**

Realização



Apoio



8 a 10 de abril de 2026
Evento híbrido



http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 fev. 2026.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. Pro-Posições, v. 19, n. 2, p. 17-23, maio-ago, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/fZwcZDzPFNctPLxjzSgYvVC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 fev. 2026.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **O diabo em forma de gente**: (R)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. 2017. 190 f. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/47605>. Acesso em: 17 fev. 2026.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. *In*: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (org.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos; Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007, p. 93-126. Disponível em: <http://observatorioedhemfoc.hospedagemdesites.ws/observatorio/wp-content/uploads/2020/09/El-giro-decolonial-1.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2026.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder: un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial. *In*: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (org.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos; Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007, p. 47-62. Disponível em: <http://observatorioedhemfoc.hospedagemdesites.ws/observatorio/wp-content/uploads/2020/09/El-giro-decolonial-1.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2026.